



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 17 de maio de 2022
(Terça-feira)

(*) **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**
(DELIBERATIVA)
(Semipresencial)
(Às 13 horas e 55 minutos)

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

- I. **Requerimento nº 1.952/20**, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para a apreciação do **Projeto de Lei nº 2.401, de 2019**, do Poder Executivo, que dispõe sobre o **exercício do direito à educação domiciliar**, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (**Apensado ao PL 3.179/12**). (T 62 e T 64)

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

- II. **Requerimento nº 567/22**, dos Srs. Líderes, que requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 3.212, de 2021**, do Poder Executivo, que **autoriza o Poder Executivo federal a doar dez Viaturas Blindadas de Combate Obuseiro Autopropulsado, do Comando do Exército, para a República Oriental do Uruguai**. (T 62 e T 64)

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

- III. **Requerimento nº 648/22**, dos Srs. Líderes, que requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 4.188, de 2021**, do Poder Executivo, **que dispõe sobre o serviço de gestão especializada de garantias, o aprimoramento das regras de garantias**, o resgate antecipado de Letra Financeira, a transferência de valores das contas únicas e específicas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a exclusão do monopólio da Caixa Econômica Federal em relação aos penhores civis, a alteração da composição do

(*) Republicada em 17/05/22, em virtude de alteração.

Conselho Nacional de Seguros Privados, e altera a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. (NT 62 e T 64)

IV. Requerimento nº 672/22, dos Srs. Líderes, que requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 196, de 2020**, do Sr. Geninho Zuliani, que altera a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para **permitir que os consórcios públicos possam instituir fundos para custear programas, ações e projetos de interesse público.** (T 62 e T 64)
MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

V. Requerimento nº 724/22, dos Srs. Líderes, que requer nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, regime de urgência para apreciação do **Projeto de Lei nº 1.272, de 2022**, da Sra. Carmen Zanotto, que altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para **incluir segmentos do setor de saúde na possibilidade de contribuir sobre o valor da receita bruta em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.** (NT 62 e T 64)

URGÊNCIA

(Art. 62, § 6º da Constituição Federal)

Discussão

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.090, DE 2021 (DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.090, de 2021, que **estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies** e altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, a Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009. Pendente de parecer da Comissão Mista.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

RELATOR: DEP. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS-PB)

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.091, DE 2021 (DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.091, de 2021, que **dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.** Pendente de parecer da Comissão Mista.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.092, DE 2021
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.092, de 2021, que **abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Cidadania, no valor de R\$ 700.000.000,00, para os fins que especifica**, e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

RELATOR: DEP. IGOR TIMO (PODEMOS-MG)

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.093, DE 2021
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.093, de 2021, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a **divulgação do resultado financeiro do Regime Geral de Previdência Social**. Pendente de parecer da Comissão Mista.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.095, DE 2021
(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.095, de 2021, que revoga dispositivos da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, referentes à **tributação especial da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação relativa à nafta e a outros produtos destinados a centrais petroquímicas**. Pendente de parecer da Comissão Mista.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

RELATOR: DEP. ALEX MANENTE (CIDADANIA-SP)

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.096, DE 2022

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.096, de 2022, que **abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 550.000.000,00**, para o fim que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

RELATOR: DEP. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR. (PP-RJ)

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

7

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.097, DE 2022

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.097, de 2022, que **abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Infraestrutura, no valor de R\$ 418.000.000,00**, para o fim que especifica. Pendente de parecer da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

RELATOR: DEP. FRED COSTA (PATRIOTA-MG)

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

8

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.098, DE 2022

(DO PODER EXECUTIVO)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.098, de 2022, que **dispõe sobre procedimentos de suspensão de concessões ou de outras obrigações na hipótese de descumprimento de obrigações multilaterais por membro da Organização Mundial do Comércio** e altera a Lei nº 12.270, de 24 de junho de 2010. Pendente de parecer da Comissão Mista.

PASSA A SOBRESTAR A PAUTA EM: 19/03/2022

PRAZO DO CONGRESSO NACIONAL: 02/04/2022

PRORROGAÇÃO PELO CONGRESSO NACIONAL: 01/06/2022

COMISSÃO MISTA: Declaração incidental de inconstitucionalidade do art. 5º, caput, art. 6º, §§ 1º e 2º, da Resolução do Congresso Nacional nº 1/2002, com eficácia ex nunc - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 (DOU de 16/3/12).

RELATOR: DEP. DARCI DE MATOS (PSD-SC)

AGUARDANDO LEITURA DO OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO

URGÊNCIA

(Art. 155, do Regimento Interno)

Discussão

9

PROJETO DE LEI Nº 4.749-A, DE 2016

(DA SRA. ROSANGELA GOMES E DO SR. ROBERTO ALVES)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.749-A, de 2016, que **tipifica a conduta do parente da vítima, consanguíneo ou por afinidade, do médico, da autoridade religiosa, do professor ou do responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino que deixa de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos ou de abuso sexual contra criança ou adolescente, além de exacerbar a punição desses delitos caso praticados no âmbito de instituição de saúde, religiosa, educacional, de assistência social ou recreativa, públicas ou privadas;** tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do de nº 1.881/19, apensado (Relator: Dep. Alan Rick); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo, do de nº 2.565/19, apensado (Relatora: Dep. Bia Kicis). **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (8) os PLs nºs 1.881/19, 2.565/19, 2.930/19, 3.064/19, 554/20, 3.295/20, 3.780/20 e 4.302/20.

APROVADO O RQU Nº 2.022/20, EM 05/08/20.

10

PROJETO DE Nº 781, DE 2020

(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 781, de 2020, que **dispõe sobre a criação e o funcionamento ininterrupto de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.** Pendente de parecer das Comissões de: Defesa dos Direitos da Mulher; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

Tendo apensados (18) os PLs de nºs 5.409/16, 3.852/19, 5.274/20, 4.734/19, 6.739/16, 266/20, 395/20, 7.302/17, 120/19, 382/19, 4.474/19, 571/21, 2.020/21, 2.171/21, 2.348/21, 2.743/21, 3.751/21 e 544/22.

APROVADO O RQU Nº 508/21, EM 10/05/22.

RELATORA: DEP. PAULA BELMONTE (CIDADANIA-DF)

11

PROJETO DE LEI Nº 4.438, DE 2021

(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.438, de 2021, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de

2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para **estabelecer medidas protetivas de urgência para idosos e pessoas com deficiência que tenham sofrido violência ou que estejam na iminência de sofrê-la**. Pendente de parecer das Comissões de: Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 429/22, EM 10/05/22

RELATORA: DEP. LEANDRE (PSD-PR)

12

PROJETO DE LEI N° 610-A, DE 2021
(DO SR. VINICIUS CARVALHO)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 610-A, de 2021, que institui a Campanha Nacional de Incentivo à doação de cabelo a Pessoas Carentes em Tratamento de Câncer; tendo parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, pela aprovação (Relatora: Dep. Paula Belmonte). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T62 e T64)**

APROVADO O RQU N° 297/22, EM 10/05/22.

RELATOR: DEP. IGOR TIMO (PODEMOS-MG)

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

13

PROJETO DE LEI N° 4.188 DE 2020
(DO SR. CEZINHA DE MADUREIRA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 4.188, de 2020, que **dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil**. Pendente de parecer das Comissões de: Educação; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 518/22, EM 11/05/22.

14

PROJETO DE LEI N° 3.441-A, DE 2021
(DO SR. DANIEL ALMEIDA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 3.441-A, de 2021, que **institui o dia 19 de maio como o Dia Nacional do Físico**; tendo parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, pela aprovação (Relatora: Dep. Perpétua Almeida). Pendente de parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(T 62 e T 64)**

APROVADO O RQU N° 641/22, EM 11/05/22.

MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

15

PROJETO DE LEI N° 1.070-B, DE 2021
(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei n° 1.070-B, de 2021, que altera a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a **Política Nacional de Educação Ambiental, para instituir a Campanha Junho Verde**; tendo parecer: da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, pela aprovação deste e do de n° 2.257/20, apensado, com substitutivo (Relator: Dep. Ricardo Izar); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do de n° 2.257/20, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Relatora: Dep. Angela Amin). **(T 62 e T 64)**

Tendo apensado (1) o PL nº 2.257/20.
APROVADO O RQU Nº 738/22, EM 12/05/22.
MATÉRIA SUJEITA A SOBRESTAMENTO

16

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 79, DE 2020
(DA SRA. TEREZA NELMA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 79, de 2020, **que institui a Medalha "José Edmilson de Souza" para premiar boas práticas de conselheiros tutelares em nível nacional.** Pendente de parecer da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **(NT 62 e NT 64)**
APROVADO O RQU Nº 726/22, EM 12/05/22.

AVISOS

SESSÃO SOLENE SEMIPRESENCIAL, NO PLENÁRIO DO SENADO FEDERAL, EM 17/05/22, ÀS 15 HORAS, destinada à Promulgação da Emenda Constitucional nº 122, de 2022, referente a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2021, que altera a Constituição Federal para elevar para setenta anos a idade máxima para a escolha e nomeação de membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal de Contas da União e dos Ministros civis do Superior Tribunal Militar.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I - EMENDAS

2. PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE ALTERA O RICD

Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Art. 216, § 1º, do RICD).

Nº 12/2022 (Sóstenes Cavalcante) - Altera o § 1º do art. 240 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), para dispor sobre o procedimento regimental visando a consecução da perda do mandato parlamentar.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

II - RECURSOS

1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO - ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões (art. 58, § 1º, do RICD).

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETO DE LEI

Nº 53/2015 (Pompeo de Mattos) - Cria a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente nas escolas de ensino fundamental e médio.

DECURSO: 1ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/05/2022

Nº 9424/2017 (Onyx Lorenzoni) - Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes do quadro efetivo de servidores penitenciários.

Apensado ao PL-3722/2012 (Rogério Peninha Mendonça)

DECURSO: 1ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/05/2022

Nº 10169/2018 (Paulo Pimenta) - Inclui no Calendário Turístico Oficial do País, a "FEICOOP - Feira Internacional do Cooperativismo", realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

DECURSO: 1ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 23/05/2022

1.2 COM PARECERES CONTRÁRIOS

PROJETO DE LEI

Nº 4393/2019 (Senado Federal - Flávio Arns) - Dispõe sobre a assistência, em regime de exercícios domiciliares ou a distância, para estudantes da educação básica que participem de competições desportivas ou atividades artísticas.

DECURSO: 2ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 20/05/2022

3. CONTRA DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE – ART. 164, § 2º, DO RICD

(Sujeitos a deliberação do Plenário, após ouvida a CCJC, nos termos do art. 164, §§ 2º e 3º do RICD)

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO: 5 sessões (art. 164, § 2º, do RICD).

PROJETO DE LEI

Nº 44/2007 (Lincoln Portela) - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre a condicionalidade de serviço voluntário.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1579/2007 (Jusmari Oliveira) - Altera a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que "cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para dispor sobre o Programa de Assistência às Adolescentes Gestantes.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1839/2007 (Edigar Mão Branca) - Altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para instituir benefício destinado à alfabetização de jovens e adultos.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 2637/2007 (Angela Portela) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre os valores referenciais de caracterização de pobreza ou extrema pobreza.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 3520/2008 (Antonio Carlos Magalhães Neto) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que instituiu o Programa Bolsa Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 4101/2008 (Senado Federal - Geraldo Mesquita Júnior) - Altera o art. 13 da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para condicionar o repasse de recursos da União a Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do programa Bolsa Família, à divulgação, por esses entes, de informações dos beneficiários na rede mundial de computadores (Internet).

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 4348/2008 (Roberto Britto) - Altera o § 6º do art. 2º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que "Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para assegurar o reajustamento automático dos valores dos benefícios e dos valores referenciais para caracterização da clientela alvo.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 5691/2009 (Manoel Junior) - Altera a Lei nº 10. 836, de 9 de janeiro de 2004, que "institui o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para incluir a exigência de realização do exame preventivo ginecológico entre as condicionalidades previstas no art. 3º para a concessão dos benefícios.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 6021/2009 (Marcos Montes) - Altera dispositivos contidos na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para condicionar a concessão de Bolsa Família à inscrição em programa de qualificação profissional complementar e instituir incentivo fiscal para as empresas que contratarem trabalhadores qualificados por esses programas.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 6312/2009 (Manoel Junior) - Altera dispositivo da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o programa Bolsa Família e dá outras providências, para incluir, entre as condicionalidades do programa, a matrícula de analfabetos entre 15 (quinze) e 50 (cinquenta) anos em programas ou cursos de educação de jovens e adultos.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 6509/2009 (Aline Corrêa) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para incluir as pessoas em situação de ameaça ou violação de direitos como beneficiárias do Programa.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 6747/2010 (Senado Federal - Cristovam Buarque) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a participação dos pais em reuniões escolares como condição adicional para recebimento dos benefícios do "Programa Bolsa Família".

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 6881/2010 (Francisco Praciano) - Acrescenta parágrafos ao art. 2º da lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 489/2011 (Senado Federal - Rosalba Ciarlini) - Altera o art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para conceder benefício variável no programa Bolsa Família à unidade familiar em que haja pessoa acometida por neoplasia maligna, pela síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) ou por doença crônica.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1022/2011 (Rui Palmeira) - Dispõe sobre a transparência nas ações no Programa Bolsa Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1409/2011 (Eliane Rolim) - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, para incluir a realização de exame preventivo ginecológico anual como condicionalidade para o pagamento do Bolsa-Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 4073/2012 (Diego Andrade) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e da outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 4766/2012 (Senado Federal - Cícero Lucena) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre os beneficiários do Programa Bolsa Família as famílias de pessoas acometidas por neoplasia maligna.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 5786/2013 (Dr. Jorge Silva) - Altera a redação do inciso III do § 1º do art. 2º da Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 5863/2013 (Sandra Rosado) - Cria o Programa Nacional de Inclusão no Mercado de Trabalho, para mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 6012/2013 (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para incluir as pessoas em situação de ameaça ou violação de direitos como beneficiárias do Programa.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 6941/2013 (Antonio Carlos Mendes Thame) - Acrescenta parágrafo à Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família quando houver adesão ao Programa Microempreendedor Individual (MEI).

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 7297/2014 (Luiz Carlos Hauly) - Dispõe sobre a contratação de beneficiários do Programa Bolsa Família e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 8069/2014 (Pedro Paulo) - Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que institui o Programa Bolsa Família, instituindo o pagamento adicional ao benefício do Bolsa Família para famílias que possuam membros portadores de deficiência e necessidades especiais.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 8148/2014 (Julio Lopes) - Dá nova redação ao art. 13 da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências."

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 8182/2014 (Pedro Paulo) - Acrescenta os parágrafos 18, 19, 20, 21 e 22 ao artigo 2º da lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, visando possibilitar a independência dos beneficiários do Programa Bolsa Família (Porta de Saída do Bolsa Família),

oferecendo benefício adicional para famílias que atingirem metas voltadas para a educação e saúde.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1315/2015 (Bruno Covas) - Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para conceder incentivo fiscal a empresas que contratarem beneficiários do programa Bolsa Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1369/2015 (Veneziano Vital do Rêgo) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para instituir a implantação de Centros de Capacitação Profissional mediante convênio celebrado entre União e Municípios, e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1974/2015 (Vitor Valim) - Acrescenta artigos à Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1994/2015 (Mariana Carvalho) - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir a emissão e apresentação de carteira de identidade para crianças a partir de seis anos como condicionalidade para o pagamento do Bolsa-Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 2105/2015 (Geovania de Sá) - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre as condicionalidades relativas à educação profissional e ao emprego

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 2219/2015 (André Fufuca) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir dispositivo que estende a concessão de gratificação natalina aos que recebem benefícios financeiros do Programa Bolsa Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 3035/2015 (Mário Heringer) - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 3084/2015 (Danrlei de Deus Hinterholz) - Dispõe sobre a condicionalidade de participação em curso de educação profissional ou tecnológica no Programa Bolsa-Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 3227/2015 (Marco Tebaldi) - Altera a Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "institui o Programa Bolsa-Família e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 3888/2015 (Zenaide Maia) - Altera o art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 para excluir, do cálculo de renda familiar mensal, o benefício concedido nos termos do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 3994/2015 (Geovania de Sá) - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, para obrigar os pais a participarem de reuniões na escola de seus filhos como condicionalidade para a manutenção dos benefícios recebidos no âmbito do Programa Bolsa-Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 4957/2016 (Flávia Moraes) - Altera o art. 3º da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, para incluir a realização de exame preventivo ginecológico como condicionalidade para a concessão dos benefícios financeiros do Programa Bolsa-Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 5403/2016 (Eduardo Barbosa) - Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para vedar a majoração, pelo Poder Executivo, em percentual diferenciado e acima da variação acumulada do INPC, dos valores dos benefícios e dos referenciais para caracterização de pobreza ou de extrema pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 8010/2017 (Benjamin Maranhão) - Acrescenta ao art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, novas condições para concessão do benefício do Bolsa Família: o Teste do pezinho e o Teste do ouvido (orelhinha),

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 8140/2017 (Pompeo de Mattos) - Altera a Lei nº 10.836, de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para prever pagamento de benefícios extras em casos de ocorrência de desastres naturais.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 9634/2018 (Moisés Diniz) - Aumenta os valores a serem pagos pelo Programa Bolsa Família nos municípios da Faixa de Fronteira e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 9706/2018 (Rafael Motta) - Altera a redação do art. 3º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para condicionar a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família à não exploração de trabalho infantil de membro da família beneficiária.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 9785/2018 (Cabo Sabino) - Dispõem sobre alteração da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para combater a exploração do trabalho infantil e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 10947/2018 (Veneziano Vital do Rêgo) - Dispõe sobre o repasse de benefícios do Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, a entidades que desenvolvam programas de acolhimento institucional.

DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 6072/2019 (Tabata Amaral) - Modifica a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para reformular os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família, assegurar a atualização monetária anual dos valores dos benefícios e dos valores referenciais para caracterização de situação de pobreza e de extrema pobreza; prever o desligamento voluntário de famílias beneficiárias e o retorno automático ao Programa; revoga o art. 2º, o art. 2º-A, o parágrafo único do art. 3º e o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 41/2020 (Alexandre Frota) - Altera o artigo 3º parágrafo para inserir o parágrafo 1º da Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 que cria o programa Bolsa Família para determinar prazo para o julgamento e concessão do benefício

DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 345/2020 (Idilvan Alencar) - Obriga o Poder Executivo a divulgar dados mensais sobre concessões, famílias habilitadas e cancelamentos do Programa Bolsa Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 512/2020 (Dra. Soraya Manato) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que "Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências", para dispor sobre sanções administrativas e políticas aplicáveis aos agentes públicos que cometerem os ilícitos que especifica.

DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 681/2020 (Natália Bonavides) - Dispõe sobre a criação de benefícios financeiros no âmbito do Programa Bolsa Família, devidos durante a suspensão das atividades escolares provocada pela pandemia do vírus Covid-19.

DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 745/2020 (José Ricardo) - Altera a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 para estabelecer complementação financeira no valor da parcela do benefício do Programa Bolsa Família, em razão da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1102/2020 (Alexandre Frota) - Altera a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 para estabelecer um ajuste financeiro nos pagamentos do programa Bolsa Família de 50% (cinquenta por cento) enquanto durar o estado de calamidade pública decretado.

DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1145/2020 (Patricia Ferraz) - Dispõe sobre a necessidade de pagamento de benefício financeiro anualmente no mês de dezembro como abono natalino aos inscritos no programa Bolsa Família em âmbito nacional.

DECURSO: 4ª SESSÃO
PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1350/2020 (João H. Campos) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre o abono anual no âmbito do Programa Bolsa Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1503/2020 (Amaro Neto) - Dispõe sobre a proibição do corte de energia elétrica, água, serviços de telefonia e internet às famílias que se encaixam na lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, enquanto durar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1942/2020 (Jorge Solla) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para instituir o benefício temporário, durante o estado de calamidade pública, destinado à criança ou adolescente regularmente matriculado em escola da rede pública na educação básica.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 2097/2020 (Hildo Rocha) - Altera a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, para dispor sobre o pagamento do benefício financeiro relativo ao mês de dezembro como abono natalino.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 2492/2020 (Luiz Philippe de Orleans e Bragança) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para incluir entre as condicionalidades do Programa Bolsa Família o trabalho em serviços e projetos úteis para a comunidade ou município, bem como a aceitação de oferta de emprego por meio de programas públicos de colocação e recolocação profissional; e para limitar as dotações orçamentárias do programa ao valor de um por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 3746/2020 (Luiza Erundina) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre a ampliação do Cadastro Único – CadÚnico do governo federal, e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 3933/2020 (Fernanda Melchionna) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para reajustar os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização da pobreza e da extrema pobreza do Programa Bolsa Família e determinar sua atualização monetária a cada ano com base na variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; trata da garantia de ingresso das famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a tributação do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos auferidos; e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 4028/2020 (Tereza Nelma) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para criar o benefício de Renda Digna Suplementar às famílias de baixa renda.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1053/2021 (Milton Coelho) - Modifica a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para caracterizar o Programa Bolsa Família como uma etapa de implementação da Renda Básica de Cidadania, prevista na Lei n. 10.835, de 8 de janeiro de 2004, reformular o valor referencial que define a situação de pobreza, unificar e ampliar o benefício financeiro do Programa Bolsa Família, assegurar

a atualização monetária anual dos valores referenciais do benefício e da situação de pobreza; e dá outras providências.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 1968/2021 (Leonardo Gadelha) - Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, para dispor sobre incentivo financeiro a crianças nascidas no país em situação de pobreza.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 2120/2021 (Pompeo de Mattos) - Estabelece a prioridade na vacinação contra a Covid-19 para beneficiários do Programa Bolsa Família, de que trata a Lei no 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 2129/2021 (Célio Silveira) - Institui o Programa Bolsa Emprego Família – (PBEFAM), o qual beneficiará os adolescentes do Programa Bolsa Família que ingressarem no mercado de trabalho.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

Nº 2820/2021 (Wilson Santiago) - Acrescenta os §§ 18 e 19 no art. 2º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para estabelecer valores mínimos e máximos dos benefícios de transferência de renda do Programa Bolsa Família.

DECURSO: 4ª SESSÃO

PREVISÃO DE ÚLTIMA SESSÃO: 18/05/2022

MESA

(Biênio 2021 / 2023)

Presidente

Arthur Lira - PP - AL

1º Vice-Presidente

Marcelo Ramos - PSD - AM

2º Vice-Presidente

André de Paula - PSD - PE

1º Secretário

Luciano Bivar - UNIÃO - PE

2ª Secretária

Marília Arraes - PT - PE

3ª Secretária

Rose Modesto - PSDB - MS

4ª Secretária

Rosângela Gomes - REPUBLICANOS - RJ

1º Suplente de Secretário

Eduardo Bismarck - PDT - CE

2º Suplente de Secretário
Gilberto Nascimento - PSC - SP

3º Suplente de Secretário
Alexandre Leite - UNIÃO - SP

4º Suplente de Secretário
Cássio Andrade - PSB - PA

PROCURADORIA PARLAMENTAR

Procurador
Luis Tibé - AVANTE - MG

PROCURADORIA DA MULHER

Procuradora
Tereza Nelma - PSD - AL

OUVIDORIA PARLAMENTAR

Ouvidor-Geral
Delegado Marcelo Freitas - UNIÃO - MG

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor
Paulo Bengtson - PTB - PA

COORDENADORIA DOS DIREITOS DA MULHER

Coordenadora
Celina Leão - PP - DF

SECRETARIA DA JUVENTUDE

Secretário da Juventude
Exedito Netto - PSD - RO

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS

Presidente
Da Vitória - PP - ES

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretário de Comunicação Social
Acácio Favacho - MDB - AP

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Secretária de Relações Internacionais
Soraya Santos - PL - RJ

SECRETARIA DA TRANSPARÊNCIA

Secretário de Transparência
José Medeiros - PL - MT

Lideranças

PL

Líder: Altineu Côrtes

PT

Líder: Reginaldo Lopes

PP

Líder: André Fufuca

UNIÃO

Líder: Elmar Nascimento

PSD

Líder: Antonio Brito

REPUBLICANOS

Líder: Vinicius Carvalho

MDB

Líder: Isnaldo Bulhões Jr.

PSB

Líder: Bira do Pindaré

PSDB

Líder: Adolfo Viana

PDT

Líder: André Figueiredo

PSC

Líder: Euclides Pettersen

PODE

Líder: Igor Timo

PSOL

Líder: Sâmia Bomfim

NOVO

Líder: Tiago Mitraud

PCdoB

Líder: Renildo Calheiros

SOLIDARIEDADE

Líder: Lucas Vergilio

AVANTE

Líder: Sebastião Oliveira

CIDADANIA

Líder: Alex Manente

PROS

Líder: Weliton Prado

PATRIOTA

Líder: Fred Costa

PV

Líder: Bacelar

PTB

Líder: Paulo Bengtson

Parágrafo 4º, Art. 9º do RI

REDE

Repr.: Joenia Wapichana

LIDERANÇA DO GOVERNO NA CÂMARA

Líder: Ricardo Barros

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO

Líder: Wolney Queiroz

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Diego Andrade

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Alencar Santana
